

Sumário

Número de notícias: 22 | Número de veículos: 17

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Taxação de ricos ganha força com promessas e apoio popular..... 3

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Postos de combustíveis obtêm direito a créditos de PIS e Cofins..... 6

CORREIO DO POVO - PORTO ALEGRE - RS - OPINIÃO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

O golpe de bilhões contra 1,3 milhão (Editorial)..... 7

DIÁRIO DO PARÁ - BELÉM - PA - GERAL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Superintendente Regional da Receita Federal é recebido no Grupo RBA..... 9

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
SEGURIDADE SOCIAL

Bolsonaro e o reajuste do INSS - VINICIUS TORRES FREIRE..... 10

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
SEGURIDADE SOCIAL

INSS amplia concessão de auxílio-doença sem perícia por mais 90 dias..... 11

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
SERVIDOR PÚBLICO

Crescem denúncias de assédio eleitoral em MG..... 12

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
SERVIDOR PÚBLICO

Bolsonaro promete ganho real no benefício após repercussão de plano de ministro..... 16

O GLOBO - RJ - POLÍTICA
SERVIDOR PÚBLICO

Ministros trocam expediente por atividades eleitorais..... 17

CORREIO BRAZILIENSE - DF - MUNDO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Liz Truss renuncia após mandato relâmpago..... 18

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

O novo voo da galinha - NELSON BARBOSA..... 21

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Gasolina volta a subir em todo o País e supera R\$ 5 em seis capitais..... 22

O GLOBO - RJ - MUNDO
SERVIDOR PÚBLICO

O "annus horribilis" do reino e dos conservadores..... 23

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Cenário para inflação tem riscos - CLAUDIA SAFATLE..... 24

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Estímulos oficiais adiam desaceleração da economia (Editorial)..... 25

Sexta-Feira, 21 de Outubro de 2022

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Democracia e justiça social26

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Pacote de "bondades" tem impacto de R\$ 68 bi27

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

País tem 64 milhões de inadimplentes28

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO
ECONOMIA

Assédio eleitoral: velhacos da democracia (Artigo)29

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
ECONOMIA

Bolsonaro recebe apoio de prefeitos paulistas31

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Dólar recua 1%, para R\$ 5,2175, após nova pesquisa eleitoral33

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Defasados, preços de gasolina e diesel devem ser mantidos34

Taxação de ricos ganha força com promessas e apoio popular

Fábio Pupo

Uma **reforma tributária** que eleve a taxaço sobre os mais ricos ganhou mais chances de ser implementada a partir do ano que vem em meio a promessas feitas pelos presidentiáveis Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e Jair Bolsonaro (PL) e ao respaldo popular a uma medida do gênero.

Os planos de taxaço são feitos em um momento em que especialistas já veem necessidade de o país buscar mais receitas a partir de 2023 para compensar, ao menos em parte, a expansão de despesas decorrente de promessas eleitorais.

A campanha do PT é mais explícita em relação ao tema, chegando a dizer no plano de governo entregue à Justiça Eleitoral que buscará uma **reforma tributária** para "os pobres pagarem menos e os ricos, mais". Membros da campanha sinalizam também aumentar a taxaço sobre renda e diminuir sobre consumo -que onera mais, proporcionalmente, as classes mais baixas.

Também pretendem recriar a cobrança sobre dividendos (lucro da empresa distribuído a acionistas), instrumento com isenção que há mais de 25 anos beneficia a renda tanto de donos ou sócios de empresas como de quem investe no mercado financeiro.

No caso de Lula, integrantes da campanha afirmam à Folha que a **reforma tributária** com a taxaço de dividendos está entre os primeiros pontos a serem tratados em caso de vitória nas eleições -além da arrumação das despesas no Orçamento de 2023 e da definição sobre a regra substituta do teto de gastos.

Já o programa de Bolsonaro não fala claramente em elevar a tributação dos mais ricos, embora defenda a proposta enviada pelo próprio governo ao Congresso em 2021 que busca alterar regras do Imposto de Renda e recriar a taxaço de dividendos. O presidente e o ministro Paulo Guedes (Economia) chegaram a citar a cobrança como forma de respaldar o pagamento de R\$ 600 do Auxílio Brasil em 2023.

A procura por mais arrecadação por meio de elevação da carga tributária teria como barreira a resistência da população, mas pesquisas indicam que haveria mais

aceitação se a maior cobrança se restringir de fato às classes mais altas.

Levantamento inédito encomendado pela Febrafite (Associação Nacional de Associações de Fiscais de **Tributos** Estaduais) mostra que a maioria (67%) dos 2.000 entrevistados defende que o governo deve se preocupar em reduzir a diferença entre ricos e pobres, sendo que a maior parcela (41%) é a favor ou totalmente a favor de **impostos** muito mais altos sobre a renda e a herança dos mais ricos.

Além disso, 57% acham que os recebedores de altos salários deveriam pagar uma proporção maior ou muito maior de **impostos**.

"Quando as pessoas falam em aumentar **impostos**, há a visão de que todos vão pagar mais -aí há uma recusa. Porém, quando se fala em taxaço de riquezas, se tiver uma proposta onde a gente gere mais progressividade tributária e melhor distribuição da carga tributária, aí as pessoas aceitam mais", afirma Rodrigo Spada, presidente da Febrafite.

Outros levantamentos corroboram as conclusões, como pesquisa do Datafolha em parceria com a organização Oxfam divulgada no mês passado que conclui que 85% defendem elevar a taxaço sobre classes mais altas para garantir aos mais pobres serviços públicos básicos, como educação.

Apesar de os dois candidatos prometerem taxar dividendos diante da expansão fiscal no ano que vem, o ganho com a medida não banca todas as promessas dos candidatos.

A cobrança de dividendos no formato apresentado originalmente pelo governo Bolsonaro renderia R\$ 58,1 bilhões em 2024 (conforme dados apresentados pela **Receita Federal** na época do envio da proposta, que acabou desidratada). O montante é semelhante ao demandado para elevar o Auxílio Brasil para R\$ 600 no ano que vem (R\$ 52,5 bilhões por ano, segundo o Ministério da Economia).

Além disso, outras promessas feitas por ambas as campanhas agravam o rombo previsto para 2023 -uma delas dentro do próprio sistema tributário, com o aumento da faixa de isenção do Imposto de Renda da Pessoa Física dos atuais R\$ 1.903,98 para R\$ 5.000.

Só isso já demandaria mais R\$ 20 bilhões, pelo menos -segundo cálculos iniciais de especialistas. Há ainda outras pressões sobre o Orçamento, como a prometida recomposição de verbas de programas sociais como o Farmácia Popular.

Bráulio Borges, pesquisador do FGV Ibre (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas) e economista-sênior da LCA, afirma que a busca por novas receitas será necessária para reduzir a dívida líquida do país (que corresponde a 58% do **PIB** hoje) até o fim da década.

"Não tem mais como fazer ajuste fiscal só pelo lado da despesa. A gente vai ter que adotar uma nova estratégia de consolidação fiscal e, para atingir esse superávit, vai ter que necessariamente envolver algum aumento de carga tributária", diz Borges. "Uma saída é aumentar a tributação no topo", afirma.

Além da taxação de dividendos, Borges cita entre as possibilidades para elevar a arrecadação sobre os mais ricos a tributação sobre patrimônio -e cita especificamente o federal ITR (Imposto Territorial Rural). Por outro lado, um imposto geralmente citado nas discussões -sobre grandes fortunas- não geraria o efeito desejado, segundo Borges, pois muito da riqueza alvo da medida está escondida em paraísos fiscais, driblando a Receita.

Juliana Damasceno, economista-sênior da Tendências Consultoria, afirma que já está contratado para o ano que vem um cenário desafiador para as contas públicas -inclusive devido ao patamar dos juros, que encarece o custo com a dívida pública.

"A gente vai entrar e sair do ano com uma taxa de juros na casa de dois dígitos e com dois desafios, um primário [conta sem juros] e um financeiro [com juros]. Para que não haja uma explosão da dívida, naturalmente a gente precisa considerar que tem que se ganhar carga", diz.

Mesmo assim, ela afirma que taxar dividendos não vai ser tão simples. "Vai ter uma necessidade maior do que a gente está pensando [de tributação sobre esses instrumentos] e isso vai ser um desafio, principalmente porque afeta setores muito bem organizados. Então pode ser que nem tudo [da busca por receitas] venha de dividendos", afirma a economista.

"Se ele [eleito] não quiser entrar no vermelho, vai ter que taxar bem mais do que se pensava em dividendos, ou entrar com novos **tributos** em cena, ou aumentar alíquotas de **tributos**", afirma.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=500>

Ultrarricos têm alíquota efetiva de Imposto de Renda menor que classes mais baixas

Alíquota efetiva (em %) x Rendimento anual (em R\$)



Fonte: Receita Federal

Postos de combustíveis obtêm direito a créditos de PIS e Cofins

Adriana Aguiar De São Paulo

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187362

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187362

O golpe de bilhões contra 1,3 milhão (Editorial)

C ostuma ser frequente o desejo de ganhar dinheiro fácil, mas não é raro que haja muita ingenuidade e desinformação nessas tentativas.

Este é o caso do crime apurado pelas forças policiais em seis estados, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Goiás, Rio de Janeiro e Maranhão. Na operação denominada La Casa de Papel, a Polícia Federal e a **Receita Federal** desarticularam uma quadrilha que, pelo esquema de pirâmide, causou prejuízos de R\$ 4,1 bilhões para 1,2 milhão de pessoas, um montante de quase seis vezes a população brasileira, com ramificações em aproximadamente 80 países. Os meliantes prometiam rendas de até 20% e de cerca de 300% ao ano para os investidores, que aplicavam de 15 a cem mil dólares, recebendo em troca a promessa de retorno altíssimo.

Durante as operações, foram cumpridos seis mandados de prisão preventiva e 41 d e busca e apreensão emitidos pela 3ª Vara da Justiça Federal de Campo Grande (MS).

Houve ainda bloqueio de 20 milhões de dólares e sequestro de valores em conta bancária, restrição para imóveis de alto valor e de outras posses dos investigados, como gado, veículos, ouro, joias, artigos de luxo, mina de esmeraldas, lanchas e criptoativos. Os delitos cometidos envolvem crimes contra o sistema financeiro, evasão de divisas, falsidade ideológica, lavagem de dinheiro, usurpação de bens públicos, crime ambiental e estelionato. Isso mostra que os acusados têm uma longa lista de imputações e que terão de esmerar-se em suas defesas diante de tantos ilícitos aventados.

Mais uma vez, fica provado o quanto é importante que as pessoas não acreditem em promessas mirabolantes, com ganhos duvidosos e acima do que o mercado remunera. Os delinquentes estão cada vez mais requintados na sua prática de fazer vítimas e, por isso, todo alerta é pouco. Quando o benefício é muito maior que o custo, alguma coisa está errada. A prudência, a cautela e a informação correta podem ajudar a desarmar esses golpes que costumam se valer da boa-fé dos seus alvos.

Site:

<https://digital2.correiodopovo.com.br/pub/correiodopovo>

[/index.jsp?serviceCode=login&edicao=10498](#)

Superintendente Regional da Receita Federal é recebido no Grupo RBA



Camilo Centeno, vice-presidente do Grupo RBA; Jader Filho, presidente do Grupo RBA; Severino Cavalcante, superintendente da Receita Federal, e demais membros da comitativa. FOTO: CELSO RODRIGUES

O superintendente regional da **Receita Federal** na 2ª Região Fiscal, Severino Cavalcante de Souza, acompanhado do seu adjunto, Marcus Aurélio Caldeira Antunes, do delegado adjunto da Delegacia da **Receita Federal** em Belém, Eduardo Pereira Feitosa, e da Assessora de Comunicação, Ana Beatriz Santos Corrêa, fez uma visita de cortesia ao Grupo RBA.

Na oportunidade, Severino agradeceu a recepção e todo apoio e colaboração que o Grupo RBA tem dispensado à **Receita Federal** no que diz respeito à orientação e à informação para a sociedade sobre temas afetos àquele órgão federal. Severino e sua comitativa foram recebidos pelo presidente do Grupo RBA, Jader Barbalho Filho, e pelo vice-presidente do grupo, Camilo Centeno.

A 2ª Região Fiscal é composta pelos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima.

Site: <https://dol.com.br/digital>

Bolsonaro e o reajuste do INSS - VINICIUS TORRES FREIRE

VINICIUS TORRES FREIRE

O Ministério da Economia estuda a mudança do método de correção do valor do salário mínimo e, portanto, de benefícios previdenciários do **INSS**, segundo noticiou esta Folha. O reajuste mínimo não seria mais pela **inflação** do ano anterior, mas pela expectativa ou meta de **inflação**.

Antes de mais nada, diga-se que um Jair Bolsonaro reeleito teria de propor emenda à Constituição a fim de fazer a mudança. Se, até o segundo turno, não explicitar que vai fazê-lo, seria um estelionato eleitoral monstruoso.

De resto, mesmo com esse Congresso eleito, entre conservador e reacionário, vai ser difícil passar. Cerca de 37,1 milhões de pessoas recebem benefícios do **INSS**, com valor médio mensal de R\$ 1.522,39 (a maioria, 24 milhões, recebe um salário mínimo, R\$ 1.212).

Pode ser uma briga que afetaria o interesse de metade dos adultos do país. Somando aqueles que recebem salário mínimo no emprego, muito mais.

Mesmo que venha a ser reeleito, Bolsonaro ainda seria rejeitado por quase metade do eleitorado. Juntaria esse voto desconfiado a uma revolta com a possível redução do poder de compra do mínimo e dos benefícios do **INSS**? Tudo é possível neste mundo sem Deus e com Bolsonaro.

Mas a despesa com Previdência e com servidores é um assunto que está na cabeça de quase qualquer economista que não seja do PT; mesmo em um governo petista, será um problema difícil de administrar.

A fórmula de reajuste em estudo no ministério da Economia é esquisita. Paulo Guedes diz com frequência que quer desindexar e desvincular gastos. Mas quer indexar o mínimo e os benefícios do **INSS**, ao que parece, a algum indicador de **inflação** futura.

A medida de expectativa de **inflação** que ora temos é a mediana das estimativas de mais de 130 projeções de instituições financeiras e similares, compiladas semanalmente pelo Banco Central. Pode ser maior ou menor do que a taxa de **inflação** que corrige o salário

mínimo.

A meta de **inflação** deve ficar perto de 3% por muitos anos. É bem difícil que a taxa de **inflação** seja rotineiramente menor do que a meta. O mínimo e o benefício do **INSS** então perderiam poder de compra.

Reajustar os benefícios do **INSS** apenas pela **inflação**, como tem sido o caso no pós-PT, mantém o poder de compra de quem os recebe, mas diminui o valor dessas despesas em relação ao **PIB** e à receita do governo, se o **PIB** crescer e "tudo mais constante".

Mas tem coisa que vai variar. Passado o efeito inicial da reforma da Previdência (o adiamento de aposentadorias etc.), essa despesa vai voltar a aumentar em relação ao **PIB**, mesmo sem reajuste real dos benefícios. Ou melhor: a não ser na hipótese de que a economia cresça uns 3% ou mais, ao ano, o que por ora é uma miragem.

A despesa de benefícios previdenciários e assistenciais do **INSS** leva quase 48% do gasto total do governo federal. Gastos com servidores, quase 20%, depois que foram achatados por um biênio sem reajuste. O Auxílio Brasil leva 4% (e crescendo). Seguro desemprego e abono salarial, 3,6%. Saúde e educação, 12,4%. E aí já se foi quase 88% da despesa.

A discussão, ao menos fora do PT, é como conter o aumento relativo dessas despesas e ainda aumentar **impostos** para compensar o déficit e haver algum dinheiro para investimento em obras, pesquisa científica e melhoria do SUS, por exemplo.

O Ministério da Economia está cozinhando alguma coisa, talvez esquisita, quem sabe um estelionato eleitoral monstruoso, caso Bolsonaro venha a ser reeleito. Mas essa conversa anda por aí e seria uma questão espinhosa em um governo do PT. O país está esquecido de seus problemas sérios, dados os anos de trevas. Mas os problemas não se esqueceram de nós.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=500>

71

INSS amplia concessão de auxílio-doença sem perícia por mais 90 dias

O **INSS** prorrogou mais uma vez a liberação de auxílio-doença sem perícia médica presencial por mais 90 dias.

Para pedir o auxílio-doença com análise do atestado médico, o segurado precisa acessar o site ou o app Meu **INSS** e anexar a documentação médica. Além do atestado, deve enviar relatórios médicos, exames complementares, entre outros.

O prazo pode ser novamente prorrogado "em caso de estrita necessidade de interesse público".

A medida foi usada no auge da pandemia para liberar o auxílio por incapacidade temporária, como é chamado o auxílio-doença, enquanto as agências estavam fechadas. Essa modalidade de concessão foi regulamentada por 30 dias, em julho, em locais onde a espera pelo exame pericial superasse um mês, e já havia sido prorrogada por 60 dias.

"Em todos os casos, o prazo máximo que o segurado pode vir a receber o auxílio-doença por meio de análise de documentação médica é de 90 dias", afirma a advogada Priscila Demetro.

"Caso o segurado tenha necessidade de mais tempo para se reabilitar e retornar às suas atividades laborais, é recomendado que ele solicite o benefício de auxílio-doença da forma tradicional, que é por meio da perícia médica presencial", diz a especialista em direito previdenciário e cofundadora no escritório Demetro Machado Advocacia. Ana Paula Branco

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=500>

71

Crescem denúncias de assédio eleitoral em MG



Guilherme Peixoto, Amanda Quintiliano e Luciene Garcia, Luiz Ribeiro

Minas Gerais é o estado com mais registros de denúncias de assédio eleitoral a funcionários por parte de patrões no segundo turno. Até ontem, a seccional estadual do Ministério Público do Trabalho (MPT) havia recebido 247 queixas desse tipo, envolvendo 215 empresas, bem à frente do Paraná, o segundo, com 98 ocorrências. Todas as acusações foram feitas a partir de 3 de outubro, um dia após o primeiro turno. Em todo o Brasil, segundo o MPT, o assédio eleitoral no segundo turno já motivou 903 reclamações oficiais. Os números mineiros, portanto, correspondem a cerca de 28% do total nacional. Um dos casos sob investigação ocorreu em Carmo do Cajuru, no Centro-Oeste do estado, onde a Líder Interiores, empresa do ramo moveleiro, teria reunido funcionários no pátio de sua sede para palestra a respeito de "conscientização eleitoral". A denúncia conta, inclusive, com áudio que teria sido enviado pelo governador Romeu Zema (Novo) parabenizando uma pessoa ligada à firma pela iniciativa e incentivando o voto no presidente Jair Bolsonaro (PL), candidato à reeleição.

Ainda ontem, em Passos, no Sudoeste do estado, a Justiça do Trabalho emitiu liminar ordenando que entidades lojistas da cidade removam das redes sociais vídeo em que dirigentes do Sindicato do Comércio Varejista (Sicomércio), da Associação Comercial e Industrial e do Clube dos Dirigentes Lojistas de Passos pedem votos para Bolsonaro. Se a ordem for descumprida, todos estão sujeitos a multas diárias de R\$ 30 mil, mas que podem chegar a R\$1 milhão. O magistrado Victor Luiz Berto Salome da Silva determinou, também sob ameaça de multa, que os representantes das entidades gravem retratação e publiquem nas redes. Há pedido ainda para que a estrutura das associações não seja utilizada com fins

eleitorais - o que pode gerar sanção de R\$ 50 mil.

Hoje, o MPT-MG, o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) e o Ministério Público Federal (MPF) farão audiência pública para discutir com sindicatos de classe formas de combate ao assédio eleitoral nos ambientes corporativos. A ideia é propagar os canais de formalização de denúncias e mostrar, aos participantes, as providências tomadas durante a apuração. O MPT quer ainda tomar sugestões dos representantes de diversos setores profissionais para ampliar o cerco aos assediadores.

No plano nacional, depois de Minas e Paraná, os estados com mais denúncias são Santa Catarina (88) e São Paulo (79). Ao tomar conhecimento de uma denúncia, o MPT instaura procedimento de investigação, que é conduzido por um procurador do Trabalho. Para barrar o vídeo divulgado em Passos, o procurador do Trabalho Geraldo Emediato de Souza recorreu a uma ação civil pública (ACP), que deu origem à liminar do magistrado Victor Salome. Segundo a também procuradora do Trabalho Elaine Nassif, que chefia a seção regional da Coordenadoria da Promoção da Regularidade do Trabalho (Conap), o pedido por medida cautelar é caminho frequentemente utilizado pela entidade.

"Se já houver prova cabal da participação noticiada, ele [o procurador do Trabalho] pode, diretamente, entrar com liminar. Temos priorizado essa via, principalmente quando notamos, no contato inicial, com os advogados ou com o noticiado [denunciado], que não há interesse imediato em resolver o problema. Quando há a possibilidade de adequação espontânea, emite-se uma notificação para retratação cabal", disse ela ao Estado de Minas.

CAJURU Em Carmo do Cajuru, além do áudio atribuído a Zema, o caso envolve um convite compartilhado por meio de aplicativos de mensagens. São anunciadas as presenças do senador eleito Cleitinho Azevedo (PSC), e de seu irmão, Eduardo Azevedo, filiado ao mesmo partido e futuro deputado estadual. O texto é assinado por um grupo que se autointitula Movimento Brasil Acima de Tudo e informa que a palestra no pátio da Líder Interiores é destinada, sobretudo, àqueles que estão pensando em votar branco ou nulo.

Cleitinho não participou. Já Eduardo, vereador em Divinópolis, foi um dos palestrantes. "Hoje, vamos falar a verdade para centenas de colaboradores na empresa Líder", chegou a afirmar o parlamentar, nas redes sociais. Procurado pela reportagem, ele disse ter participado a convite da direção da empresa para manifestar sua posição no segundo turno eleitoral.

"Falei exatamente quem eu apoio e todo mundo já sabe muito bem: a favor do presidente Bolsonaro. Foi só isso. Um posicionamento político que eles me pediram para dar dentro da empresa. Essa questão aí, de assédio, isso é conversa fiada", afirmou, negando qualquer tipo de coação. "Inclusive, não estavam todos os funcionários. A empresa não obrigou a ir até o momento da palestra. A empresa deixou livre. Foi quem quis. Se fosse uma forma de assédio, teriam coagido os funcionários a comparecer", emendou.

Na gravação creditada a Zema, há citação a uma pessoa chamada Aurélio - mesmo nome de um dos filhos de João da Mata Nogueira, fundador da Líder Interiores. "Aurélio, boa-tarde. Gostaria muito de estar aí com vocês no evento que eu já tive a oportunidade de participar no passado. Fico satisfeito de você e todo mundo aí da Líder de Carmo do Cajuru de estarem envolvidos, em um momento tão importante, que é o momento que vai fazer uma diferença muito grande na nossa vida", ouve-se em trecho do áudio.

A reportagem entrou em contato com a assessoria de Zema, mas não houve retorno até o fechamento desta edição. Segundo a Líder Interiores, o evento ocorreu em espaço mantido pela companhia para proporcionar atividades sociais e esportivas à comunidade. De acordo com a empresa, a palestra de cunho político ocorreu porque o Movimento Brasil Acima de Tudo solicitou o empréstimo do espaço.

"Sendo tal espaço aberto à comunidade, foi franqueada a participação da população civil em geral, incluindo funcionários da companhia e de outras empresas, caso interessados em acompanhar o citado evento. A participação dos funcionários da companhia, assim como de toda a população, ocorreu voluntariamente, sem ingerência ou manifestação de qualquer diretor da empresa", lê-se em trecho de **comunicado** enviado ao EM. O grupo afirmou ainda ser contra "qualquer ato que viole as liberdades individuais e o direito de escolha".

Procurador critica "voto de cabresto"

Na decisão referente a Passos, o juiz Victor Salome explicou ter concedido a liminar pela exclusão do vídeo pró-Bolsonaro em virtude da urgência imposta pelo período eleitoral. "Visto que a simples retirada, por produzir eficácia prospectiva, é insuficiente à

reposição do estado anterior, impondo a necessidade de medidas retrospectivas contra a propagação já consumada, para obtenção de resultado prático equivalente", pontuou, justificando a necessidade de uma retratação.

Geraldo Emediato, o procurador responsável pelo pedido de liminar contra entidades comerciais de Passos, também defendeu a publicação de novo vídeo por parte dos autores das imagens iniciais. "Além de suspender as práticas ilícitas, é importante que chegue aos trabalhadores a retratação dos culpados antes do dia da eleição, para que possamos ter um pleito democrático, como determina a nossa Constituição e outros dispositivos legais. Não há que se admitir em 2022 o voto de cabresto, como era a prática do coronelismo dos anos 1920"

Na peça pró-Bolsonaro, o presidente da Associação Comercial e Industrial de Passos, Renato Mohallem Santiago, prega abertamente o voto na chapa do PL. "Conscientize seu colaborador da importância da política econômica em vigor no nosso país atualmente", disse. Gilson Madureira, do Sindicato do Comércio Varejista, adota tom semelhante ao defender a reeleição de Bolsonaro. "Você que é nosso colaborador, pense nisso, pense em garantir o seu emprego para 2023."

Todos são investigados por ter cometido atos que configuram assédio eleitoral contra seus trabalhadores. Além disso, a Justiça Eleitoral e o MPMG foram oficiados do caso. Os empresários foram procurados pelo EM, mas nenhum dos três quis se pronunciar.

PREFEITURAS Segundo Elaine Nassif, o MPT de Minas já recebeu queixas vindas de oito cidades sobre suposto uso da estrutura das prefeituras para tentar convencer servidores a votarem em algum candidato. Para ela, casos de coação eleitoral, tanto na esfera pública quanto no âmbito privado, representam riscos à democracia. "O Ministério Público, em todos os seus ramos, é o único órgão da República encarregado de zelar pelo regime democrático. [A democracia é] uma expressão da cidadania que não pode, de forma alguma, utilizar das relações de trabalho", defendeu.

De acordo com a procuradora, acusados de coação, se tiverem as informações contra si provadas, podem ser enquadrados em diversos tipos de crimes - comuns e eleitorais. O número de assediadores, segundo ela, é maior do que o de denúncias. Isso, porque, em alguns locais, pode haver mais de um operador instando funcionários a fazerem determinada opção eleitoral. "[É um] movimento completamente constrangedor e absolutamente ilícito", protesta.

ALERTA EM MONTES CLAROS

O Ministério Público do Trabalho (MPT) enviou à Prefeitura de Montes Claros e ao secretário de Desenvolvimento Social do município, Aurindo Ribeiro, recomendação para que os agentes públicos não façam intimidação ou constrangimento dos **servidores públicos** para votarem em determinado candidato. O documento foi expedido depois que Ribeiro foi denunciado ao Ministério Público de Minas Gerais e ao MPT por possível prática de assédio eleitoral. Circularam nas redes sociais áudios de reunião, na qual o secretário pede o empenho de servidores em um candidato a presidente apoiado pelo município. Nos áudios, Aurindo não cita candidato. Mas afirma: "De agora até o dia 30, tem serviço nosso todo dia.

Mas temos que fazer política, sem prejuízo para o serviço. São dois projetos de governo diferentes. (Existe) um (que) não tem nada com Montes Claros (...). O outro tem tudo a ver" Ribeiro nega que tenha cometido assédio. O procurador do município, Otávio Batista Rocha, também. "Até agora, não nos chegaram informações de que o secretário tenha coagido alguém ou perseguido algum adversário político", afirmou Batista Rocha.

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/21/10/2022/p1>

Estado tem o maior número de ocorrências de coação de patrões sobre funcionários a favor de um determinado candidato no segundo turno, segundo o Ministério Público do Trabalho

CRESCEM DENÚNCIAS DE ASSÉDIO ELEITORAL EM MG

GUILHERME PEIXOTO

**AMANDA QUINTILIANO
E LUCIENE GARCIA**
Especialistas para o EM

Minas Gerais é o estado com mais registros de denúncias de assédio eleitoral a funcionários por parte de patrões no segundo turno. Até ontem, a seccional estadual do Ministério Público do Trabalho (MPT) havia recebido 247 queixas desse tipo, envolvendo 215 empresas, bem à frente do Paraná, o segundo, com 98 ocorrências. Todas as acusações foram feitas a partir de 3 de outubro, um dia após o primeiro turno. Em todo o Brasil, segundo o MPT, o assédio eleitoral no segundo turno já motivou 903 reclamações oficiais. Os números mineiros, portanto, correspondem a cerca de 28% do total nacional. Um dos casos sob investigação ocorreu em Carmo do Cajuru, no Centro-Oeste do estado, onde a Lider Interiores, empresa do ramo moveleiro, teria reunido funcionários no pátio de sua sede para palestra a respeito de "conscientização eleito-

ral". A denúncia conta, inclusive, com áudio que teria sido enviado pelo governador Romeu Zema (Novo) parabenizando uma pessoa ligada à firma pela iniciativa e incentivando o voto no presidente Jair Bolsonaro (PL), candidato à reeleição.

Ainda ontem, em Passos, no Sudoeste do estado, a Justiça do Trabalho emitiu liminar ordenando que entidades lojistas da cidade removam das redes sociais vídeo em que dirigentes do Sindicato do Comércio Varejista (Sicomércio), da Associação Comercial e Industrial e do Clube dos Dirigentes Lojistas de Passos pedem votos para Bolsonaro. Se a ordem for descumprida, todos estão sujeitos a multas diárias de R\$ 30 mil, mas que podem chegar a R\$ 1 milhão. O magistrado Victor Luiz Berto Salome da Silva determinou, também sob ameaça de multa, que os representantes das entidades gravem retratação e publiquem nas redes. Há pedido ainda para que a estrutura das associações não seja utilizada com fins eleitorais — o que pode gerar sanção de R\$ 50 mil.

Hoje, o MPT-MG, o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG)



e o Ministério Público Federal (MPF) farão audiência pública para discutir com sindicatos e classe formas de combate ao assédio eleitoral nos ambientes corporativos. A ideia é propagar os canais de formalização de denúncias e mostrar, aos participantes, as providências tomadas durante a apuração. O MPT quer ainda tomar sugestões dos representantes de diversos setores profissionais para ampliar o cerco aos assediadores.

No plano nacional, depois de Minas e Paraná, os estados com mais denúncias são Santa Catarina (88) e São Paulo (79). Ao tomar conhecimento de uma denúncia, o MPT instaura procedimento de investigação, que é conduzido por um procurador do Trabalho. Para barrar o vídeo divulgado em Passos, o procurador do Trabalho Geraldo Emediato de Souza reverteu a uma ação civil pública

(ACP), que deu origem à liminar do magistrado Victor Salome. Segundo a também procuradora do Trabalho Elaine Nassif, que chefiava a seção regional da Coordenadoria da Promoção da Regularidade do Trabalho (Conap), o pedido por medida cautelar é caminho frequentemente utilizado pela entidade.

"Se já houver prova cabal da participação noticiada, ele [o procurador do Trabalho] pode, diretamente, entrar com liminar. Temos priorizado essa via, principalmente quando notamos, no contato inicial, com os advogados do o noticiado [denunciado], que não há interesse imediato em resolver o problema. Quando há a possibilidade de adequação espontânea, emite-se uma notificação para retratação cabal", disse ela ao Estado de Minas.

CAJUURU Em Carmo do Cajuru, além do áudio atribuído a Zema, o caso envolve um convite compartilhado por meio de aplicativos de mensagens. São anunciadas as presenças do senador eleito Cleitinho Azevedo (PSC), e de seu irmão, Eduardo Azevedo, filiado ao mesmo partido e futuro deputado estadual. O texto é assinado por um grupo que se autointitula Movimento Brasil Acima de Tudo e informa que a palestra no pátio da Lider Interiores

é destinada, sobretudo, àqueles que estão pensando em votar branco ou nulo.

Cleitinho não participou. Já Eduardo, vereador em Divinópolis, foi um dos palestrantes. "Hoje, vamos falar a verdade para centenas de colaboradores na empresa Lider", chegou a afirmar o parlamentar, nas redes sociais. Procurado pela reportagem, ele disse ter participado a convite da direção da empresa para manifestar sua posição no segundo turno eleitoral.

"Falei exatamente quem eu apoio e todo mundo já sabe muito bem a favor do presidente Bolsonaro. Foi só isso. Um posicionamento político que eles me pediram para dar dentro da empresa. Essa questão aí, de assédio, isso é conversa fiada", afirmou, negando qualquer tipo de coação. "Inclusive, não estavam todos os funcionários. A empresa não obrigou a ir até o momento da palestra. A empresa deixou livre. Foi quem quis. Se fosse uma forma de assédio, teriam coagido os funcionários a comparecer", emendou.

Na gravação creditada a Zema, há citação a uma pessoa chamada Aurélio — mesmo nome de um dos filhos de João da Mata Nogueira, fundador da Lider Interiores. "Aurélio, boa-tarde. Gostaria muito de estar com vocês no evento que eu já tive a oportunidade de

participar no passado. Fico satisfeito de você e todo mundo aí da Lider de Carmo do Cajuru de estarem envolvidos, em um momento tão importante, que é o momento que vai fazer uma diferença muito grande na nossa vida", ouviu-se em trecho do áudio.

A reportagem entrou em contato com a assessoria de Zema, mas não houve retorno até o fechamento desta edição. Segundo a Lider Interiores, o evento ocorreu em espaço mantido pela companhia para proporcionar atividades sociais e esportivas à comunidade. De acordo com a empresa, a palestra de cunho político ocorreu porque o Movimento Brasil Acima de Tudo solicitou o empréstimo do espaço.

"Sendo tal espaço aberto à comunidade, foi franqueada a participação da população civil em geral, incluindo funcionários da companhia e de outras empresas, caso interessados em acompanhar o ciclo de eventos. A participação dos funcionários da companhia, assim como de toda a população, ocorreu voluntariamente, sem ingerência ou manifestação de qualquer diretor da empresa", lê-se em trecho de comunicado enviado ao EM. O grupo afirmou ainda ser contra "qualquer ato que viole as liberdades individuais e o direito de escolha".



Procurador critica "voto de cabresto"

Na decisão referente a Passos, o juiz Victor Salome explicou ter concedido a liminar pela exclusão do vídeo pró-Bolsonaro em virtude da urgência imposta pelo período eleitoral. "Visto que a simples retratação, por produzir eficácia prospectiva, é insuficiente à reposição do estado anterior, impondo a necessidade de medidas retrospectivas contra a propagação já consumada, para obtenção de resultado prático equivalente", pontuou, justificando a necessidade de uma retratação.

Geraldo Emediato, o procurador responsável pelo pedido de liminar contra entidades comercia-

is de Passos, também defendeu a publicação de novo vídeo por parte dos autores das imagens iniciais. "Além de suspender as práticas ilícitas, é importante que chegue aos trabalhadores retratação dos culpados antes do dia da eleição, para que possamos ter um pleito democrático, como determina a nossa Constituição e outros dispositivos legais. Não há que se admitir em 2022 o voto de cabresto, como era a prática do coronelismo dos anos 1920".

Na peça pró-Bolsonaro, o presidente da Associação Comercial e Industrial de Passos, Renato Mahlem Santiago, prega aberta-

mente o voto na chapa do PL. "Conscientize seu colaborador da importância da política econômica em vigor no nosso país atualmente", disse, Gilson Madureira, do Sindicato do Comércio Varejista, adota tom semelhante ao de defender a reeleição de Bolsonaro. "Você que é nosso colaborador, pense nisso, pense em garantir o seu emprego para 2023".

Todos são investigados por ter cometido atos que configuram assédio eleitoral contra seus trabalhadores. Além disso, a Justiça Eleitoral e o MPMG foram ofendidos do caso. Os empresários foram procurados pelo EM, mas nenhum dos três quis se pronunciar.

PREFEITURAS Segundo Elaine Nassif, o MPT de Minas já recebeu queixas vindas de oito cidades sob suposto uso da estrutura das prefeituras para tentar convencer servidores a votarem em algum

candidato. Para ela, casos de coação eleitoral, tanto na esfera pública quanto no âmbito privado, representam riscos à democracia. "O Ministério Público, em todos os seus ramos, é o único órgão da República encarregado de zelar pelo regime democrático. [A democracia é] uma expressão da cidadania que não pode, de forma alguma, utilizar das relações de trabalho", defendeu.

De acordo com a procuradora, acusados de coação, se tiverem as informações contra si provadas, podem ser enquadrados em diversos tipos de crimes — comuns e eleitorais. O número de assediadores, segundo ela, é maior do que o de denúncias. Isso, porque, em alguns locais, pode haver mais de um operador instando funcionários a fazerem determinada opção eleitoral. "[É um] movimento completamente constrangedor e absolutamente ilícito", protesta.

ALERTA EM MONTES CLAROS

O Ministério Público do Trabalho (MPT) enviou à Prefeitura de Montes Claros e ao secretário de Desenvolvimento Social do município, Aurindo Ribeiro, recomendação para que os agentes públicos não façam intimidação ou constrangimento dos servidores públicos para votarem em determinado candidato. O documento foi expedido depois que Ribeiro foi denunciado ao Ministério Público de Minas Gerais e ao MPT por possível prática de assédio eleitoral. Circularam nas redes sociais áudios de reunião, na qual o secretário pede o empenho de servidores em um candidato a presidente apoiado pelo município. Nos áudios, Aurindo não cita candidato. Mas afirma: "De agora até o dia 30, tem serviço nosso todo dia. Mas temos que fazer política, sem prejuízo para o serviço. São dois projetos de governo diferentes. Existe um [que] não tem nada com Montes Claros (...). O outro tem tudo a ver". Ribeiro nega que tenha cometido assédio. O procurador do município, Otávio Batista Rocha, também. "Até agora, não nos chegaram informações de que o secretário tenha coagido alguém ou perseguido algum adversário político", afirmou Batista Rocha. (Luiz Ribeiro)

Bolsonaro promete ganho real no benefício após repercussão de plano de ministro

Renato Machado

A dez dias do segundo turno das eleições, o presidente Jair Bolsonaro (PL) prometeu nesta quinta-feira (20) conceder aumento real do salário mínimo e para o funcionalismo público no próximo ano.

A fala acontece um dia após a Folha revelar plano do ministro Paulo Guedes (Economia) que prevê, entre outros pontos, mudança na política de reajustes do salário mínimo e aposentadorias, que não seriam mais corrigidos pela inflação do ano anterior.

Bolsonaro acusou a esquerda de divulgar fake news, mas confirmou que o titular da Economia é favorável à desindexação da economia.

"O Paulo Guedes fala muito em desindexação da economia. E daí no bolo, o que ele quer desindexar? O percentual fica indefinido. E, no momento, você tem a garantia de no mínimo [...] no mínimo vai ter um aumento real, mais do que a inflação", afirmou Bolsonaro durante participação na noite desta quinta no podcast Inteligência Ltda.

Na proposta de Orçamento de 2023, enviada pelo governo ao Congresso em agosto, no entanto, não há previsão de aumento real do salário mínimo. O valor proposto, de R\$ 1.302, emenda o quarto ano seguido sem ganhos acima da inflação.

A última vez que o piso nacional foi reajustado acima da alta de preços foi no início de 2019, em um decreto assinado por Bolsonaro, seguindo a política de valorização aprovada em lei ainda no governo Dilma Rousseff (PT).

Bolsonaro fez a promessa de aumento real enquanto discorria no podcast sobre as dificuldades de trabalhar com uma máquina pública inchada e ressaltava que praticamente não realizou concursos públicos -com exceção de algumas categorias da área de segurança- quando afirmou que, após anos de perdas salariais, o funcionalismo receberia aumento real, assim como o salário mínimo.

"Então, foi uma maneira de você enxugar um pouco [não realizar concursos públicos], sem qualquer prejuízo aos servidores públicos. Tanto é que agora há pouco o Paulo Guedes, dado a isso, anunciou que

no ano que vem vai ter aumento real do mínimo e aumento real para servidor público também", afirmou.

O ministro da Economia, no entanto, não declarou nesta quinta que dará aumento real no salário mínimo ou ao funcionalismo. Durante evento no Rio de Janeiro, Guedes negou que exista um plano para mudar a correção "durante o jogo", mas admitiu ser favorável à desindexação.

Durante o podcast, Bolsonaro ainda descreveu como "fake news" a falta de reajustes e atribuiu à esquerda a disseminação da informação.

"Uma fake news hoje. Tudo é Bolsonaro. "Bolsonaro vai diminuir o salário mínimo". Não tem cabimento diminuir o salário mínimo. Quem votaria uma proposta para diminuir o salário mínimo?", indagou.

Em seguida, ele atribuiu a "fake news" ao deputado federal André Janones (Avante-MG), articulador da campanha de Lula (PT) nas redes sociais. Em vídeo divulgado nesta quinta, Janones afirma, sem citar a reportagem da Folha, ter tido acesso a documentos que supostamente comprovariam o plano de Guedes.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50071>

Ministros trocam expediente por atividades eleitorais

ALICE CRAVO E DANIELGULLINO
politica@oglobo.com.br BRASÍLIA

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Liz Truss renuncia após mandato relâmpago



Arquivo pessoal



Rodrigo Craveiro

Com um pronunciamento de 90 segundos, a primeira-ministra britânica conservadora, Liz Truss, anunciou o fim de um governo de apenas 44 dias - o mais breve da história - e aprofundou a crise política no Reino Unido. "Eu reconheço, ante a situação, que não posso cumprir com o mandato para o qual fui eleita pelo Partido Conservador. Por isso, falei com Sua Majestade, o Rei, para notificá-lo de que renuncio ao cargo de líder do Partido Conservador", declarou Truss, em frente à 10 Downing Street, residência oficial e sede do governo. A premiê demissionária entrou em desgraça depois da queda dos ministros das Finanças e do Interior e da rejeição a um pacote ultraliberal de medidas econômicas. O sucessor deverá ser escolhido dentro de uma semana, apesar de a própria eleição de Truss, após a saída de Boris Johnson, ter durado dois meses.

Cientistas políticos apostam no ex-banqueiro bilionário Rishi Sunak, 42 anos, adepto da ortodoxia fiscal, para comandar os conservadores e o Reino Unido. A imprensa britânica especula em uma possível tentativa de retorno de Boris Johnson, após 3 anos e 44 dias no governo. Truss permanecerá no cargo até a definição do substituto.

O processo de escolha do novo líder do Partido Conservador começa com o "patrocínio" de um nome por pelo menos 100 parlamentares conservadores britânicos. A expectativa é de que a exigência reduza

para o máximo de três candidatos ao cargo. Se dois ou três postulantes conseguirem o limite de 100 indicações, o Parlamento concluirá duas rodadas de votação na segunda-feira. A votação entre os membros do Partido Conservador será on-line e se encerrará na sexta-feira. Mesmo acuada, Truss deu sinais de que pretendia permanecer no posto. Downing Street chegou a assegurar que ela trabalhava com o ministro das Finanças, Jeremy Hunt, para preparar um plano econômico de médio prazo. Na quarta-feira, o próprio Hunt havia humilhado Truss, ao abandonar quase todos os cortes de **impostos** apresentados pelo seu antecessor, Kwasi Kwarteng, demitido em 14 de outubro. No discurso de renúncia, Truss reconheceu que chegou ao poder, em 5 de setembro, em uma época de "grande instabilidade econômica e internacional". "Famílias e negócios estavam preocupados sobre como pagarem suas contas. A guerra ilegal de (Vladimir) Putin na Ucrânia ameaça a segurança de nosso continente. E nosso país está retido há muito tempo em um baixo crescimento econômico", observou. "Fui eleita pelo Partido Conservador com um mandato para mudar isso", acrescentou, ao admitir o fracasso. Ela lembrou que reduziu a tarifa de energia elétrica e estabeleceu uma visão focada em economia de **impostos** baixos e de crescimento alto.

Logo após a renúncia de Truss, o líder da oposição trabalhista, Keir Starmer, exigiu eleições imediatas. "Os conservadores não podem responder à sua última confusão simplesmente estalando os dedos e mudando os que estão no topo sem o consentimento do povo britânico. Precisamos de eleições gerais (...) agora", afirmou, por meio de um **comunicado**.

Eleições gerais

Nicholas Wright, pesquisador visitante do Centro para a Grã-Bretanha na Europa da Universidade de Surrey (em Guildford, no sudeste da Inglaterra), explicou ao Correio que as eleições somente se colocam como cenário possível em duas hipóteses: a perda do voto de confiança do Parlamento no governo e a decisão expressa do novo primeiro-ministro. "Não existe nenhum mecanismo para que as eleições aconteçam de outra maneira. Enquanto o novo líder conseguir reter o apoio de seus parlamentares, ele poderá governar", disse. De acordo com Wright, o Partido Conservador espera que apenas um candidato se apresente, o que limitaria a votação ao Parlamento, sem a necessidade de consulta aos demais membros. O novo premiê terá a missão de lidar com um partido profundamente dividido e com uma série de desafios. "Nossa economia foi muito prejudicada pelos eventos das últimas semanas, principalmente o miniorçamento apresentado por Truss. Além da baixa confiança, falta estabilidade", advertiu. Ele explicou que a partida da

premiê reflete a fragmentação dentro dos Tories (conservadores), que, por sua vez, cria um vácuo de liderança no governo. "A solução seria uma eleição geral, mas o Partido Conservador sabe que enfrentaria a probabilidade de uma derrota devastadora." Professor emérito da Universidade de Buckingham, Anthony Glees admitiu à reportagem que não existe solução prática para a crise política britânica. "A saída teórica seria a realização de novas eleições. O rei Charles III deveria dizer aos líderes do Partido Tory (Conservador) que o povo está farto desse circo e que não há outro político capaz de unificar a legenda. No entanto, as lideranças conservadoras descartaram uma eleição, e não é difícil saber o motivo - o partido tem maioria de 70 cadeiras no Parlamento e as pesquisas mostram que os Tories seriam varridos do poder, com 23% dos votos contra 51% para os trabalhistas", afirmou. Glees lembrou que o ex-premiê Boris Johnson avalia seu retorno à Downing Street como "interesse nacional". "Se ele regressar ao poder, trará consigo uma longa história de mentiras para o povo e o Parlamento e o fato de nada ter feito, além de promessas não cumpridas. Afinal de contas, é por isso que Truss foi eleita", disse. Apesar de reconhecer que Sunak merece ganhar, Glees alertou que o potencial candidato à sucessão é forte defensor do Brexit. "O divórcio da União Europeia é a principal causa dos problemas econômicos que enfrentamos."

Eu acho...

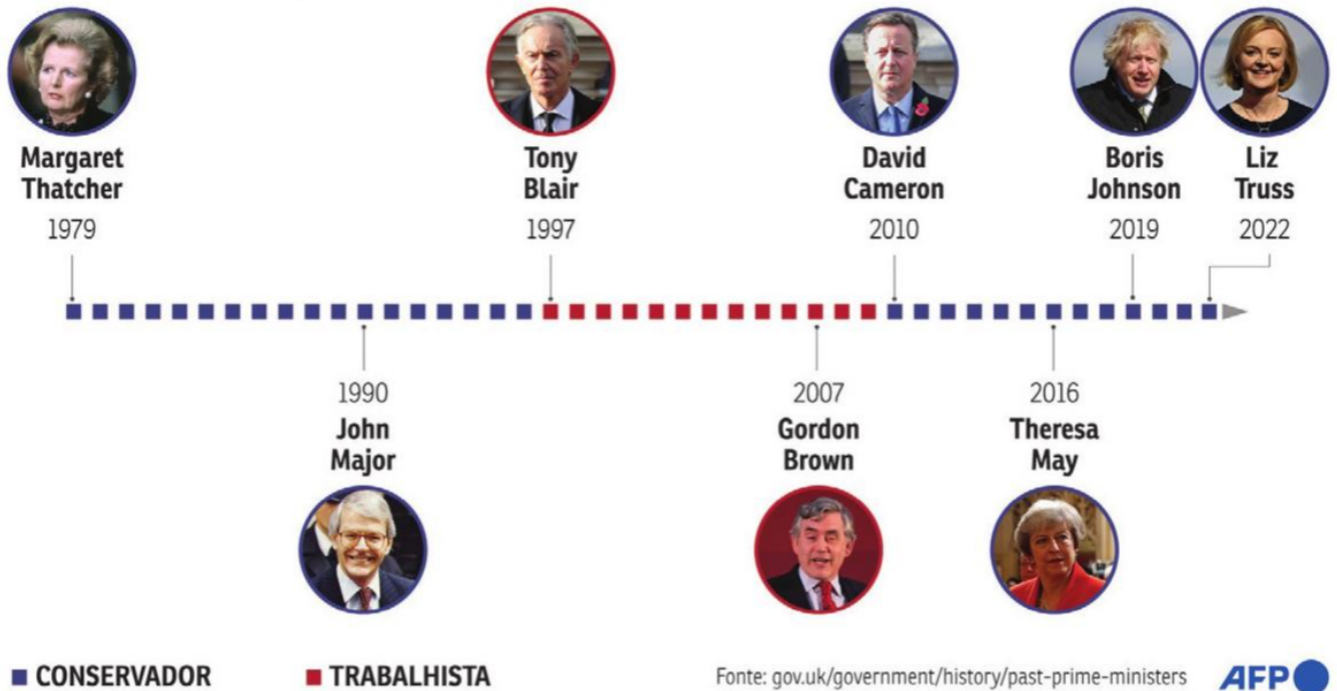
"Difícil ver Liz Truss ser lembrada por outra coisa que não seja o fracasso - a mais breve premiê da história do Reino Unido e a última primeira-ministra nomeada pela falecida rainha Elizabeth II. Truss é a pessoa cujos planos colocaram a economia britânica de joelhos e que, por isso, foi expurgada do cargo pelos mercados. As últimas semanas foram caóticas e sugeriram uma líder e uma equipe sem ideia clara sobre como governar." Nicholas Wright, pesquisador do Centro para a Grã-Bretanha na Europa da Universidade de Surrey (em Guildford, no sudeste da Inglaterra)

"Na minha opinião, Liz Truss será lembrada por seus recordes.

Ela é a primeira-ministra mais inútil que tivemos, terá o mais curto mandato, será a chefe de governo menos popular e a mais detestada.

Seu legado será bilhões de libras esterlinas em dívidas. Na verdade, Liz Truss é estúpida: diz coisas, mas não pensa no que elas significam." Anthony Glees, professor emérito da Universidade de Buckingham

Os últimos premiês



O novo voo da galinha - NELSON BARBOSA

NELSON BARBOSA

O BC (Banco Central) estima que a atividade econômica brasileira caiu 1,1% em agosto. O "mercado" já esperava uma queda, pois o crescimento de julho foi grande e, quando isso acontece, normalmente há um freio de arrumação no mês seguinte. Ainda assim, a queda efetiva de agosto foi bem maior do que a esperada (1,1% vs 0,5%).

Contrariamente ao discurso de Bolsonaro e Guedes, o resultado anunciado pelo BC é a confirmação oficial de que estamos em um "voo de galinha", uma recuperação econômica que não se sustenta.

Todos os sinais da economia demonstram que Bolsonaro e Guedes raspam o tacho do orçamento e crédito público para produzir um soluço de expansão econômica na véspera da eleição, sabendo que isso acabará em nova estagnação no final de 2022.

Você acha minha opinião viesada? OK, vamos aos números do mercado, que não é exatamente petista. Segundo o último relatório Focus do BC, a expectativa média dos analistas financeiros é um crescimento de 2,7% do **PIB** neste ano.

Parece alto? Se o Brasil mantivesse o ritmo de recuperação da primeira metade do ano (em média 1,1% por trimestre), o crescimento de 2022 seria de 3,5%. A expectativa de 2,7% reflete, portanto, uma forte desaceleração da economia no segundo semestre, ou seja, a partir de agora.

Desaceleração para quanto? Para algo próximo de "crescimento zero" no restante de 2022. Especificamente, ainda deve acontecer uma pequena expansão da economia no terceiro trimestre, seguida de queda no quarto.

Traduzindo do economês: para tentar continuar no poder, Bolsonaro e Guedes "esvaziaram o tanque" do Brasil antes da eleição, sabendo que esse tipo de ação tende a deixar a maioria da população "a pé" no final do ano.

Olhando para frente as coisas pioram. A expectativa mais recente do mercado para 2023 é de crescimento de apenas 0,6% por ano. Como a população brasileira cresce a uma velocidade de 0,7% ao ano, a

expectativa de mercado significa queda da renda por habitante.

Parte da estagnação projetada para 2023 vem de fora. Devido à contração monetária para combater a **inflação**, os EUA irão desacelerar no próximo ano. Na Europa, os efeitos do "choque Putin" também tendem a gerar recessão, com o adicional de paralisação e crise política em economias importantes como Reino Unido e Itália.

E na China a situação é mais preocupante, pois apesar de a **inflação** de lá estar baixa em comparação ao ocidente, o modelo chinês de crescimento forçado por endividamento para construir infraestrutura sem demanda garantida parece ter chegado ao seu limite.

A outra parte da estagnação brasileira projetada para 2023 vem de nós mesmos. Do lado monetário, para controlar a **inflação**, ainda teremos juro real elevado por vários meses e isso reduz o crescimento da economia. Do lado fiscal, a destruição do orçamento público promovida por seis anos de **Temer** e Bolsonaro já deixou um legado de grande incerteza econômica.

Há pressões de todos os lados, para reformar **tributos**, reconstruir programas e gastos essenciais, recuperar o salário mínimo, negociar com servidores, quitar precatórios, compensar Estados e municípios e outras bombas fiscais criadas pelo "dread team" **Temer** e o "mad team" Bolsonaro.

Para não desanimar os leitores, com bom senso, tempo e negociação, é possível desarmar todas as bombas deixadas por **Temer** e Bolsonaro, reequilibrando as contas públicas no médio prazo, isto é, até 2026. Porém, o primeiro passo para recuperar a economia está na política e não na economia. O primeiro passo é votar Lula para presidente.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50071>

Gasolina volta a subir em todo o País e supera R\$ 5 em seis capitais

ANDRÉ BORGES BRASÍLIA

O aumento no preço da gasolina voltou a ser realidade nesta semana em todo o País, após 15 semanas seguidas de queda.

Conforme dados compilados pela Agência Nacional de Petróleo (ANP), o litro da comum superou R\$ 5 em seis capitais.

Em Salvador (BA), o preço médio do litro da gasolina comum chegou a R\$ 5,56, enquanto em Natal (RN) passou para R\$ 5,44. Os valores também estão mais altos no Distrito Federal, em Rio Branco (AC), em Manaus (AM) e em Palmas (TO).

Em Brasília, onde o litro da gasolina chegou a ser encontrado por cerca de R\$ 4,80, agora está em cerca de R\$ 5,09 (ver tabela abaixo, com dados da ANP).

Os aumentos ocorrem mesmo sem haver reajustes da Petrobras nas refinarias. O governo tem atuado politicamente sobre a diretoria da estatal para que não aumente preços até a votação de 30 de outubro.

A queda no preço dos combustíveis é uma das principais bandeiras que a campanha do presidente Jair Bolsonaro tem utilizado para sinalizar à população que o governo tomou medidas para reduzir o valor do insumo.

A zeragem de **impostos** federais contribuiu para a queda de preços, além da redução dos **impostos** estaduais, mas também contribuiu para o cenário o fato de o preço do barril do petróleo ter caído nos últimos meses. Nas últimas semanas, o preço do petróleo voltou a subir, e a Petrobras, embora tenha como regra seguir as oscilações dos preços internacionais, tem evitado o reajuste nas refinarias.

Ainda assim, o valor na bomba vem aumentando.

Em média, o preço médio de revenda da gasolina comum subiu 1,46% nesta semana, em relação à anterior, chegando a R\$ 4,86 por litro. Em relação ao preço médio dos últimos 12 meses, acumula queda de 23,10%.

A defasagem dos preços internos da gasolina e do diesel em relação à média mundial já dura 10 dias,

segundo a Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis (Abicom).

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

O "annus horribilis" do reino e dos conservadores

Veja a matéria no site de origem:

<https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>

Cenário para inflação tem riscos - CLAUDIA SAFATLE

CLAUDIA SAFATLE

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187362?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187362?page=1§ion=1

Estímulos oficiais adiam desaceleração da economia (Editorial)

Veja a matéria no site de origem:

<https://valor.globo.com/impreso>

Democracia e justiça social

Naercio Menezes Filho

Veja a matéria no site de origem:

<https://valor.globo.com/impresso>

Pacote de "bondades" tem impacto de R\$ 68 bi

Lu Aiko Otta, Estevão Taiar e Isadora Peron De Brasília

Veja a matéria no site de origem:

<https://valor.globo.com/impresso>

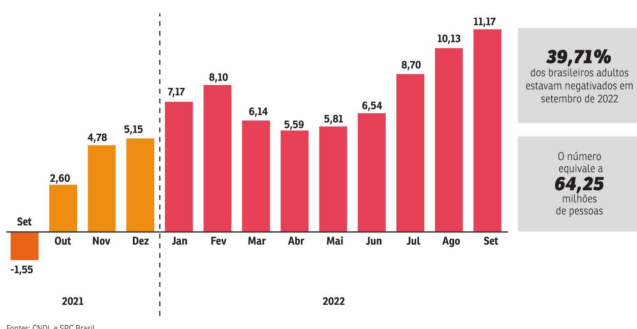
País tem 64 milhões de inadimplentes

Disparada

Quantidade de pessoas negativadas em serviços de proteção ao crédito bate recorde

NÚMERO DE ADULTOS INADIMPLENTES

Varição em relação ao mesmo mês do ano anterior (em %)



Rafaela Gonçalves João Gabriel Freitas*

Quatro em cada 10 brasileiros adultos (39,71%) estavam negativados em setembro de 2022, o equivalente a 64,25 milhões de pessoas. Segundo os dados da Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) e do Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil), este é o novo recorde da série histórica do levantamento, realizado há oito anos. No último mês, o volume de consumidores com contas atrasadas cresceu 11,17% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Na passagem de agosto para setembro, o número de devedores com contas em atraso cresceu 0,93%. Segundo o presidente da CNDL, José César da Costa, apesar da melhora em alguns indicadores econômicos, muitos brasileiros ainda estão com dificuldade de fechar as contas no fim do mês, e parte do problema pode ser explicado pela renda da população, que continua baixa. "O desemprego diminuiu, mas a renda não é suficiente para reverter completamente as perdas dos últimos trimestres. Apesar da **inflação** caindo, o preço dos alimentos continua subindo e ocupando boa parte do orçamento das famílias, especialmente aquelas com renda mais baixa", explicou.

Em relação ao aumento do endividamento geral (indicador que inclui inadimplentes e pessoas com pagamentos em dia), em setembro de 2022 houve crescimento de 21,95% em relação ao mesmo período de 2021. O dado ficou acima da variação anual observada no mês anterior. Na passagem de agosto para setembro, o número de dívidas apresentou alta de 2,05%.

Maira Carvalho, de 20 anos, reside em Valparaíso de Goiás e começou a **temer** as dívidas quando passou a

morar sozinha. Maira é coordenadora de um espaço de brinquedoteca no shopping Píer 21, mas disse que sua renda não tem sido suficiente para quitar as cobranças domésticas. "Minha prioridade é pagar meu Seguro Obra do apartamento, senão fico sem moradia. Custa R\$ 500 e já tem duas parcelas atrasadas", contou.

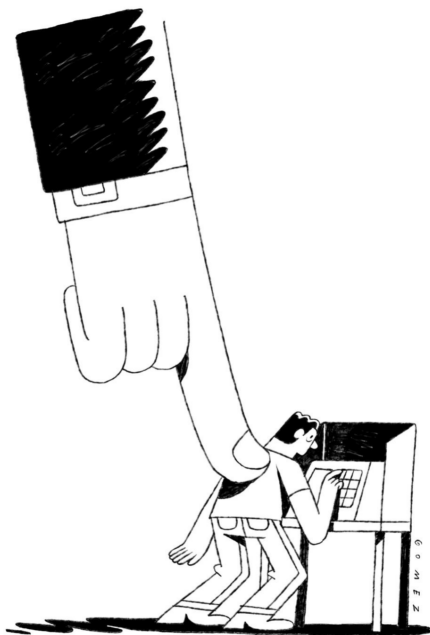
A jovem estuda enfermagem e pretende se formar o quanto antes para atingir maior estabilidade financeira. Maira Carvalho destacou também que as preocupações com dívidas têm afetado sua vida e sua saúde. "Cartão de crédito, lazer, alimentos. Tudo é dívida. Eu não tive a quem recorrer e, agora, estou dobrando o trabalho para ver se consigo pagar essas despesas. Trabalho o dia todo, de manhã até a noite, e isso tem afetado muito minha vida. Tenho até várias crises de ansiedade e noites sem sono", lamentou.

Em setembro, cada consumidor negativado devia, em média, R\$ 3.688,96 na soma de todas as dívidas. Considerando todas essas dívidas, cada inadimplente devia, em média, para 1,97 empresas credoras. Destaca-se a evolução das dívidas com o setor de bancos, que registrou crescimento de 37,94%, seguido de água e luz (11,86%). Em outra direção, as dívidas com o setor credor de comunicação (-11,57%) e comércio (-0,28%) apresentaram queda no total de dívidas em atraso.

A inadimplência segue bem distribuída entre os sexos: 50,90% de mulheres e 49,10% de homens. O número de devedores com participação mais expressiva está na faixa etária de 30 a 39 anos, o equivalente a 15 milhões de pessoas registradas em cadastros de devedores. O número equivale a 43,86% do total deste grupo etário.

*Estagiário sob a supervisão de Odail Figueiredo

Assédio eleitoral: velhacos da democracia (Artigo)



Leomar Daroncho Procurador do Trabalho

A contrariedade de setores econômicos que temem perder privilégios com o voto livre é histórica e ajuda a entender o assédio contra os trabalhadores no atual processo eleitoral. No período imperial o voto era restrito ao "cidadão de bem", da época, em satisfatória situação financeira. Na República, Constituição de 1891, excluía o voto das mulheres, jovens, mendigos, analfabetos, militares de baixo escalão e religiosos. O voto feminino data de 1932. Somente em 1988 o voto se tornou universal, com a temida afirmação de que todo o poder emana do povo.

Mario Amato, que presidiu a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo de 1986 a 1992, período de grande protagonismo político da Fiesp com bravatas e acenos à uma possível desobediência civil de empresários insatisfeitos com o Governo, insinuando demissões em massa. A Fiesp jogou pesado na Constituinte de 1988 para barrar propostas de estabilidade no emprego e da redução da jornada de trabalho.

Na campanha presidencial 1989, Amato, que hoje talvez fosse considerado moderado, emitia declarações polêmicas. Anunciou que se a "esquerda" vencesse, 800 mil empresários deixariam o país. Como se sabe, ninguém fugiu quando Lula governou, de 2003 a 2010. Ao contrário, as empresas

continuaram ganhando muito nos oito anos em que o **PIB** teve crescimento expressivo, mesmo com a crise internacional de 2008. O crescimento dos salários fortaleceu o mercado interno. O IBGE registrou os menores índices históricos de desemprego entre 2013 e 2014, em cenário de baixa informalidade e com vínculos de melhor qualidade que os atuais.

No atual processo eleitoral, circulam mensagens com a ameaça de fechamento de empresas e redução de investimentos, tentando forçar o voto no candidato dos patrões.

Há mensagens que escancaram a oferta de dinheiro. O Ministério Público do Trabalho (MPT) já recebeu 572 denúncias. Das denúncias identificáveis, na disputa presidencial, 99,41% têm Bolsonaro como beneficiário do assédio, enquanto Lula representa 0,59% dos casos.

Trata-se de abuso do exercício do poder empresarial, com o objetivo de dominar a vontade política de brasileiros humildes. O terror orquestrado ataca brasileiros mal-instruídos e mal remunerados, que sobrevivem do próprio trabalho. Entre as centenas de denúncias recebidas, algumas acabaram em acordo para a correção das condutas assediadoras, com o pagamento de compensação pelos danos morais, individuais e coletivos, sofridos pelos trabalhadores e pela sociedade.

Há casos de retratação pública, com vídeos ou comunicados de arrependimento do assediador.

Também chegaram ao Judiciário casos como o assédio analisado pela 1ª Vara do Trabalho de João Pessoa - PB que, em decisão liminar, acatou pedidos do MPT e proibiu o empresário, sob pena de multa de R\$ 30 mil por trabalhador prejudicado: de ameaçar, intimidar, constranger ou orientar trabalhadores a manifestar apoio político, votar ou não votar em determinado candidato ou partido; bem como de demitir como retaliação.

Na decisão, o juiz alertou que a conduta também é crime punível com prisão e multa.

Indicou que a Constituição, a Lei Eleitoral e Tratados Internacionais protegem o trabalhador que - vejam só! - tem direito à liberdade de pensamento e de opinião,

de participar de eleições honestas, com voto universal, igual e secreto, e que o pluralismo político é fundamento do nosso Estado Democrático de Direito.

Os abusos fazem lembrar o vexatório "Voto de Cabresto", que o Glossário do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) descreve como cena de um Brasil atrasado em que o eleitor, intimidado e submisso, obedecia ao coronel do "Curral Eleitoral". O eleitor nem sabia em quem votava. No assédio da atual eleição, a irregularidade é ainda mais grave, a vontade do trabalhador pode ser oposta à do patrão.

Depois do impeachment de Collor, em 1992, Amato fez a autocrítica sobre a frase de 1989: "Acho que fui um velhaco [trapaceiro].

Não velhaco, fui maldoso e não fui leal".

É disso que se trata deslealdade criminosa. A tentativa de impor a vontade do empregador representa assédio e criminoso, que também é ilícito trabalhista.

Assinale-se que, no caso do voto eletrônico no segundo turno, há maior segurança para o eleitor que não se submeter à imposição do patrão assediador, pela dificuldade de identificar o voto - isso talvez também incomode os criminosos. Portanto, o cidadão, trabalhador e eleitor, pode inclusive usar o voto como uma forma de protesto e resistência ao assédio e à humilhação, sem que a rebeldia seja descoberta.

Denúncias de assédio eleitoral podem ser encaminhadas pelo site (mpt.mp.br).

Bolsonaro recebe apoio de prefeitos paulistas



Bolsonaro se reuniu com lideranças do interior paulista e com o candidato ao governo de São Paulo Tarcísio de Freitas

O presidente Jair Bolsonaro (PL), candidato à reeleição, recebeu o apoio de centenas de prefeitos e vereadores paulistas e do governador Rodrigo Garcia (PSDB), em evento, ontem, num ginásio de esportes. Ele pediu empenho para garantir votação mais expressiva no segundo turno no estado, que reúne o maior eleitorado nacional, com 22,1% do total do país, e onde venceu o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) no primeiro turno. "Chegar à Presidência da República é uma missão. Aqui, cada um tem uma missão de Deus para cumprir. A minha está sendo esta. E creio, se for a vontade de Deus, passando pelas mãos de vocês, a gente vai continuar na Presidência da República", disse. Quem também esteve nessa reunião foi o governador reeleito Romeu Zema (Novo), que ressaltou o papel dos paulistas e mineiros na reeleição do atual chefe do Executivo. Hoje, a primeira-dama Michelle e a senadora eleita Damares Alves participam de evento evangélico em BH.

"Eu vim pedir a vocês mais do que um voto. O trabalho, o empenho. E dá para virar voto. Convencer indecisos, comparecer. Nós já viramos Minas Gerais. São Paulo, estamos em vantagem. Estamos ganhando terreno em todos os estados do Brasil. A maioria dos governadores eleitos ou reeleitos fechou conosco. O futuro da nossa pátria e dos nossos filhos passa agora pelo empenho de cada um. Vamos ampliar em São Paulo, com o apoio especial do nosso governador [Rodrigo Garcia]", disse.

O candidato disse que os dias difíceis afetaram o governo nos últimos anos, com o combate à pandemia de COVID-19. "Vocês sabem o que foram esses três anos e oito meses. O que aconteceu no Brasil, o que tivemos pela frente, a pandemia, que lamentavelmente vitimou muita gente e que foi um golpe muito forte na economia." Bolsonaro disse que o governo conseguiu

vencer o momento desfavorável e retomar o crescimento da economia, com redução inflacionária no último trimestre e baixa expressiva no preço dos combustíveis. "Vencemos esse momento, estamos no terceiro mês com **inflação** negativa, os combustíveis estão na casa dos R\$ 5, a gasolina, atendemos os mais humildes, os mais pobres, com programas sociais permanentes", afirmou.

O candidato destacou também as pautas conservadoras defendidas por seu governo, frisando que o Brasil é um país predominantemente cristão. "Temos as nossas pautas, chamadas conservadoras, de família, que nós defendemos. Somos um país de 90% de cristãos.

Não queremos aqui ideologia de gênero, não queremos liberar as drogas, nós respeitamos a propriedade privada", disse.

Bolsonaro ressaltou que a economia do Brasil está organizada e pronta para novo ciclo de crescimento no futuro próximo. "O Brasil está arrumadinho, está pronto para decolar. É um exemplo para o mundo, a situação econômica atual do nosso Brasil. E daqui a poucos dias, mais do que um presidente, os senhores vão escolher que destino vocês querem dar para o nosso país. Não existe comparação. Lá atrás, um rastro de corrupção e descaso. E vocês sabem como foi o meu governo. Há uma diferença enorme", declarou.

ZEMA No encontro, Zema atuou como cabo eleitoral de Bolsonaro e disse que a reeleição do presidente depende de Minas e de São Paulo. "O futuro do Brasil está nas mãos de vocês, paulistas, e de nós mineiros, que temos a obrigação de virar essa eleição", afirmou. Antes, Zema voltou a declarar que assumiu "um estado arrasado e destruído pelo PT". "Em Minas, o PT fez barbaridades, coisas impensáveis que nunca se viu no Brasil", apontou.

Bolsonaro também evidenciou que a prioridade de sua campanha no segundo turno são os dois estados do Sudeste. "Já viramos em Minas Gerais e ampliamos [a votação] em São Paulo. O futuro da nossa pátria passa pelo empenho de cada um. Tem que buscar voto fora da família", ressaltou.

COMPRA DE IMÓVEIS

Em entrevista ao podcast Inteligência Ltda, ontem, o presidente Jair Bolsonaro (PL) disse que a compra dos mais de 50 imóveis por familiares dele em dinheiro

vivo não foi feita com dinheiro desviado, por ele não ter tido cargo nos governos Fernando Henrique Cardoso (PSDB), Luiz Inácio Lula da Silva (PT), Dilma Rousseff (PT) e Michel **Temer** (MDB). "Você só pode arranjar dinheiro por fora se você tiver cargo no governo", disse o presidente. A participação do presidente no podcast bateu o recorde de audiência simultânea, com mais de 1,5 milhão de espectadores ao mesmo tempo. Os números superaram os da entrevista de Lula ao podcast Flow, na terça-feira, que havia alcançado 1,096 milhão de visualizações.

Bolsonaro enfatizou na entrevista que, como nunca foi próximo aos ex-presidentes que citou, não teria como conseguir dinheiro. "De onde saiu o dinheiro para comprar 50 e poucos imóveis, pelo menos um indício?", Bolsonaro foi questionado. Em seguida, ele afirmou que a maior parte dos imóveis foi comprada por um ex-cunhado que tem várias lojas no Vale do Ribeira, no interior de São Paulo.

PROPAGANDA SUSPensa

A ministra Isabel Gallotti, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), suspendeu propaganda da campanha do candidato Luiz Inácio Lula da Silva (PT) após pedidos de advogados de Jair Bolsonaro (PL). A peça eleitoral ligava a fala do presidente sobre querer "todo mundo armado" a imagens de agressões a mulheres, crimes e armas nas mãos de crianças. A defesa do presidente afirmou que a declaração foi tirada de contexto, pois ele não teria dito que o uso de armamentos seria para "crianças, para intimação de mulheres ou execuções sumárias". A ministra concordou com a argumentação e determinou que o trecho citado seja excluído da propaganda apresentada pela campanha do PT.

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/21/10/2022/p1>

Dólar recua 1%, para R\$ 5,2175, após nova pesquisa eleitoral

VITORDACOSTA *vítor.santos@oglobo.com.br*

Veja a matéria no site de origem:

<https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>

Defasados, preços de gasolina e diesel devem ser mantidos

Gabriela Ruddy e Fábio Couto Do Rio

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187362?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187362?page=1§ion=1